

	CONTINENTE	AÇORES	MADEIRA
ocorrência	Res	-	-
categoria	CR	-	-

### Taxonomia

Aves, Accipitriformes, Accipitridae.

### Tipo de ocorrência

Residente.

### Classificação

CRITICAMENTE EM PERIGO – CR (D)

Fundamentação: espécie com população extremamente reduzida (inferior a 6 indivíduos adultos maturos).

### Distribuição

Actualmente apresenta uma distribuição no Paleártico Ocidental, muito reduzida, comparativamente ao que se passava no século XIX (Cramp 1998), compreendendo apenas a população ibérica, que está praticamente isolada, e as populações da Grécia, Crimeia, Bulgária, Ucrânia, Arménia e Azerbaijão, no leste europeu (Heredia 1996). No Sul de França, depois da sua extinção há cerca de 100 anos, a espécie foi reintroduzida com êxito nas décadas de 1990 e 2000 (Heredia 1996, Anónimo 2004). Para Leste, a sua distribuição atravessa a Ásia, desde o Irão até ao Nordeste da China (Cramp 1998).

Em Portugal, a sua área de ocorrência regular restringe-se a uma estreita faixa na zona fronteiriça do Alentejo e Beira Baixa, que no máximo se estende até 30-40 km para o interior (ICN dados não publicados). Nos anos 1930-1950 terão desaparecido as últimas colónias de abutre-preto no interior do Alentejo, na sequência da construção de algumas barragens – p. ex. a do Maranhão –, ou do arroteamento de terras mais ermas devido às Campanhas do Trigo das décadas de 30 e 40 do século XX – p. ex. na zona da Barrosinha-Vale de Arca) (Onofre N dados não publicados, L Palma, *com. pess.*).

### População

De acordo com as observações de campo, o número de indivíduos que regularmente frequentam o território nacional tem vindo a crescer, sendo de crer que se aproxime da centena (C Pacheco, L Silva & P Rocha, *com. pess.*).

Em termos de população nidificante, os últimos dados de nidificação comprovada de abutre-preto em Portugal datavam de 1973 (Palma 1985). Contudo, fruto do aumento

*Aegypius monachus* (Linnaeus, 1766)



## Abutre-preto



populacional do abutre-preto em Espanha e também de algumas acções levadas a efeito no nosso país visando a sua fixação em território nacional, ocorreram tentativas de nidificação em duas plataformas em 1996, mas em nenhum dos casos houve sucesso (Silva & Rocha 1996, Silva *et al.* 1996). Desde essa altura têm ocorrido mais tentativas de nidificação, de modo irregular (em 1998, 2002 e 2003) e também sem sucesso (C Pacheco, MC Pais & L Silva, *com. pess.*). Apenas num caso a nidificação teve lugar num ninho construído naturalmente de raiz, enquanto que nos restantes se baseou em plataformas artificiais previamente instaladas para o efeito (C Pacheco, MC Pais & L Silva, *com. pess.*).

É uma espécie globalmente classificada como *Quase-Ameaçada (NT)* (IUCN 2004a), mas considerada *Rara* na Europa, onde se apresenta em declínio em alguns países (BirdLife International 2004). Os indivíduos que tentam nidificar em Portugal provêm de Espanha, onde o abutre-preto tem categoria de *Vulnerável (VU)* (Madroño *et al.* 2004) e, após de ter sofrido um declínio acentuado até à década de 1960-70, teve uma recuperação notável (Sánchez 2003, Anónimo 2004).

### Habitat

O habitat de nidificação da espécie em Portugal é formado por terrenos ondulados relativamente remotos, revestidos por matagais arborizados, normalmente com azinho *Quercus rotundifolia* ou sobreiro *Q. suber*, enquanto que o habitat de alimentação se compõe de



*Aegypius monachus* (Linnaeus, 1766)

## Abutre-preto

zonas vastas de cerealicultura e pastoreio extensivos e, ainda, zonas de mato não muito denso.

### Factores de Ameaça

O envenenamento é um factor de ameaça sério para esta espécie, visto se tratar de uma ave de hábitos necrófagos, tanto mais que a colocação de venenos tem aumentado nos anos mais recentes (Brandão 2003). Não há muito tempo, em Novembro de 2003, na zona de Idanha-a-Nova, vários abutres foram encontrados mortos por envenenamento comprovado.

A alteração de habitat motivada por arborizações, que destroem extensas áreas de matagal arborizado em consequência de desmatção, ripagem e armação do terreno, é uma ameaça ao sucesso da recolonização do nosso país por parte desta espécie.

As continuadas alterações nos sistemas tradicionais de agricultura e pecuária extensivas, nomeadamente a diminuição do pastoreio extensivo, não estabelecido, bem como a supressão completa do abandono de cadáveres de gado no campo, ou as dificuldades de funcionamento dos “alimentadores artificiais de necrófagos”, poderão igualmente constituir factores limitantes ao restabelecimento de uma nova população de abutre-preto em Portugal, uma vez que restringirão os recursos tróficos para a espécie.

A perturbação, resultante da abertura de estradas e caminhos e do trânsito de veículos e pessoas em zonas mais remotas, poderá provocar o insucesso das tentativas de reprodução bem como de tentativas de instalação noutras regiões.

### Medidas de Conservação

A conservação desta espécie requer a activação de alimentadores artificiais, colocação (ou recuperação) de plataformas/ninhos artificiais e interdição ao trânsito automóvel e de pessoas nas zonas mais frequentadas por abutres-pretos e/ou com habitat e condições para a fixação de casais nidificantes.

Nos locais de nidificação ou onde se verifiquem tentativas de instalação de casais, as actividades florestais deverão ser condicionadas durante o período de Janeiro a Setembro, num raio de 1 km, e, quando necessárias, só deverão ser efectuadas fora deste período, sem que nunca se abatam ou podem as árvores que suportam ninhos (Heredia 1996). Aí,

também toda a perturbação humana (incluindo turismo e recreio), deve ser restringida num raio de 1 km, a distância mínima a estradas e caminhos deve ser de 1,5 km e qualquer actividade motorizada não deverá ter lugar a menos de 2,5 km (Heredia 1996).

Na elaboração de um plano de acção para a conservação desta espécie deve-se considerar também o encorajamento da reintrodução ou reforço de populações de ungulados nativos (Cervídeos), e também de coelho-bravo *Oryctolagus cuniculus*, ao longo de toda a sua área de distribuição em território nacional, tendo em atenção no entanto os problemas de sobre-pastoreio (Heredia 1996).

Nas áreas mais importantes de ocorrência da espécie, nomeadamente onde se verificam tentativas de nidificação, importa monitorizar a eventual mortalidade por electrocussão e, sempre que se justifique, corrigir os postes e as linhas de transporte de energia.

A situação desta espécie em Portugal beneficiaria com a divulgação e extensificação do recurso às Medidas Agro-Ambientais, que minimizem a degradação do habitat e promovam a pecuária extensiva.

Devem ser desenvolvidas campanhas de sensibilização junto a caçadores, guardas e gestores de caça, agricultores, pastores e público em geral, dirigidas à conservação da espécie e da fauna selvagem, tendo em vista em particular a eliminação do abate a tiro e da aplicação de venenos. A par destas campanhas, devem ser intensificadas as acções de fiscalização e aumentadas as penalizações relativamente ao abate, destruição e roubo de ninhos e envenenamento.